

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2011/2013

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000422/2011
DATA DE REGISTRO NO MTE: 24/06/2011
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR028733/2011
NÚMERO DO PROCESSO: 46208.005494/2011-54
DATA DO PROTOCOLO: 14/06/2011

Confira a autenticidade no endereço <http://www.mte.gov.br/mediador>.

SINDICATO DOS AUXILIARES DE ADMINISTRACAO ESCOLAR, CNPJ n. 24.850.844/0001-90, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO GARCIA DE ARAUJO;

E

SINDICATO DOS ESTAB PARTICULARES DE ENSINO DE GOIANIA, CNPJ n. 37.623.279/0001-70, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALEXANDRE JOSE LEAL UMBELINO DE SOUSA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de maio de 2011 a 30 de abril de 2013 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) dos Auxiliares de Administração Escolar, com abrangência territorial em Goiânia/GO**, com abrangência territorial em **Goiânia/GO**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO**PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL**

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2011 a 30/04/2012

Fica estipulado piso salarial de R\$ 600,00 (Seiscentos reais) a partir de 01.05.11 independentemente se o auxiliar laborar em jornada inferior a 44:00 (quarenta e quatro) horas.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica estabelecido que a partir de janeiro de 2012, o piso salarial da categoria corresponderá ao salário mínimo vigente no país, acrescido da quantia de R\$30,00 (trinta reais).

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO SALARIAL

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2011 a 30/12/2012

A partir de **01.05.2011** fica concedido reajuste salarial a todos os Auxiliares de Administração Escolar no percentual de **7%** (sete por cento), calculado sobre o salário praticado em 30.04.11.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em 01.05.12 haverá revisão da presente Convenção Coletiva, mediante assinatura de Termo Aditivo, objetivando a recomposição salarial na data-base.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA QUINTA - DOS CONTRA CHEQUES

O Estabelecimento de Ensino é obrigado a fornecer ao Auxiliar os elementos informativos da remuneração mensal com a especificação das verbas que a compõe, bem como os descontos legais e autorizados.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA SEXTA - DAS HORAS EXTRAS

Fica assegurado ao Auxiliar de Administração Escolar o pagamento das horas-extras com adicional de 50% (cinquenta por cento).

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA SÉTIMA - DO TRABALHO NOTURNO

O trabalho noturno, assim o realizado a partir das 22:00 horas de um dia até às 05:00 horas do dia seguinte, será remunerado com acréscimo de 20% (vinte por cento).

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA - DO LANCHE

O Estabelecimento de Ensino se compromete a fornecer a cada período de 4 (quatro) horas de trabalho, ou seja, no período matutino, vespertino e noturno, durante o expediente de trabalho em local apropriado, pão e leite com café, para o Auxiliar de Administração Escolar.

AUXÍLIO EDUCAÇÃO

CLÁUSULA NONA - DA BOLSA DE ESTUDO

Exceto na matrícula, o Estabelecimento de Ensino concederá descontos nas parcelas da anuidade escolar ao Auxiliar de Administração e/ou a seus dependentes, limitado a 2 (dois) nas seguintes condições:

- a) – desconto de 35% (trinta e cinco por cento) para o Auxiliar e ou dependentes que tiver até 1 (um) ano de labor no Estabelecimento de Ensino;
- b) – desconto de 45% (quarenta e cinco por cento) para o Auxiliar e ou dependentes que tiver de 1 (um) ano e 1(um) dia até 2(dois) anos de labor no estabelecimento de ensino;
- c) – desconto de 60% (sessenta por cento) para o Auxiliar e ou dependentes que estiver trabalhando a mais de 2 (dois) anos e 1(um) dia no Estabelecimento de ensino.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os descontos totais ou parciais concedidos nas parcelas de anuidade escolar aos Auxiliares de Administração e/ou aos seus dependentes não constituirão salário indireto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de dispensa sem justa causa fica(m) garantida(s) a(s) bolsa(s) de estudo(s) prevista(s) no *caput* até o final do ano letivo para Auxiliar demitido/dependente que labore em Estabelecimentos de Ensino da educação infantil, fundamental, regular e educação para jovens e adultos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso requerido pelo Auxiliar e ou dependente, é facultado ao Estabelecimento de Ensino que possua mais de uma unidade, ou estabelecimento escolar mantidos pelo mesmo empregador, conceder ao Auxiliar e ou dependente bolsa(s) de estudo previstas no *caput*, em local distinto de onde o empregado presta serviços, respeitadas as normas de admissão e número de vagas.

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA DÉCIMA - DO AUXILIO CRECHE

Garante-se ao Auxiliar de Administração, no período de amamentação, o recebimento do salário, sem prestação de serviços, quando o empregador não cumprir as determinações contidas nos § 1º e 2º, do artigo 389, da CLT.

APOSENTADORIA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA APOSENTADORIA

Fica assegurado a garantia de emprego nos 12 (doze) meses que antecederem a data em que o Auxiliar de Administração Escolar adquirir o direito à aposentadoria voluntária, desde que trabalhe na empresa, no mínimo, 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso ignorada a condição prevista no *caput* pelo empregador, o aviso prévio tornará sem efeito bem como a demissão já comunicada.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES

Homologação de rescisão de contrato com mais de 12 (doze) meses de duração obrigatoriamente deverá ser realizada no SINAAE/GO.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO AVISO PRÉVIO

Fica assegurada ao Auxiliar de Administração Escolar demitido sem justa causa, aviso prévio proporcional ao tempo de trabalho, na seguinte proporção: até um ano de trabalho, 30 (trinta) dias; acima de um ano ou fração igual ou superior a 6 (seis) meses, acrescenta-se 5 (cinco) dias por ano trabalhado, limitado ao máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO – O auxiliar de Administração Escolar demitido sem justa causa ou que pedir para sair, que venha conseguir novo emprego, fica dispensado do cumprimento do aviso prévio, sem ônus para as partes, desde que faça prova hábil.



RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O estabelecimento de ensino poderá conceder cursos de atualização e qualificação profissional aos auxiliares de administração escolar visando a valorização profissional dos auxiliares e atender a qualidade dos serviços prestados, sem que o benefício venha constituir-se em salário indireto.

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ESTABILIDADE PARA GESTANTE

Ressalvadas as hipóteses de justa causa e pedido de demissão, a Auxiliar de Administração Escolar gestante terá estabilidade provisória, desde a concepção, até 5 (cinco) meses do parto, desde que comprovada a gravidez.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA JORNADA DE TRABALHO

Poderá o Estabelecimento de Ensino, de comum acordo com o Auxiliar de Administração Escolar, adotar duração de jornada de trabalho e intervalos diferentes das usuais, obedecendo as seguintes condições:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É facultado ao Estabelecimento de Ensino que funcione regularmente aos sábados, compensar as horas deste dia, podendo, para tanto, ao longo da semana, estender a jornada diária do Auxiliar para 8:48 horas de segunda a sexta-feira ou para 9:00 horas de segunda a quinta-feira e 8:00 horas na sexta-feira, respeitadas as 44 horas semanais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso já tenha ocorrido compensação das horas de sábado no decorrer da semana, as horas porventura trabalhadas neste dia serão consideradas horas-extras para todos os efeitos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O Estabelecimento de Ensino que não funcione regularmente aos sábados poderá convocar o Auxiliar de Administração Escolar para trabalhar uma vez por mês, ao sábado, das 8:00 às 12:00 horas, sem que caracterize horas extras.

FALTAS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS FALTAS ABONADAS

Não serão descontadas no decurso dos 03 (três) dias as faltas verificadas por motivo de falecimento do cônjuge, mãe, pai, filhos e irmãos, e/ou por motivo de casamento do auxiliar.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica assegurado ao Auxiliar de Administração Escolar o direito ao abono de duas falta por semestre, para acompanhar filhos menores de 06 (seis) anos e pais que necessitem de cuidados especiais em atendimento médico, mediante a apresentação do atestado médico, no prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EMENDA DOS FERIADOS

No caso de emenda dos dias úteis existentes entre o final de semana e feriado ou feriado e final de semana ocorrido durante o ano letivo, o Estabelecimento de Ensino poderá exigir, em ônus, que o Auxiliar Administrativo compense as horas relativas os dias úteis da referida emenda, devendo o labor ocorrer dentro de, no máximo, 6 (seis) meses da data em que ocorreu o recesso escolar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Estabelecimento de Ensino não poderá descontar do salário do Auxiliar de Administração escolar o dia útil emendado ao feriado ou recesso, caso tenha sido impossível efetuar a compensação dentro do período previsto no *caput*, a contar da data em que ocorreu o recesso.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Auxiliar somente poderá ser convocado para efetuar compensação do recesso previsto no *caput*, no mesmo local, setor, função e horário normal de prestação de serviço.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As condições previstas nesta Cláusula não poderão ser aplicadas para o Auxiliar que, comprovadamente, ficar prejudicado em outro contrato de trabalho ou em seus estudos de ensino fundamental, médio, superior ou similar.

FÉRIAS E LICENÇAS

DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS FERIAS

O início das férias não poderá coincidir com sábado, domingo ou feriado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Com a anuência do auxiliar, fica permitido o fracionamento das férias em dois períodos de 15 dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O estabelecimento de ensino está proibido de conceder férias no período compreendido entre 20.12.11 até 02.01.12, exceto nos casos em que haja a concordância por escrito pelo Auxiliar.



SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR
UNIFORME

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO USO DE UNIFORMES

Quando o empregador exigir o uso de uniforme, deverá fornecê-lo gratuitamente ao Auxiliar de Administração Escolar.

RELAÇÕES SINDICAIS

ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO ACESSO LIVRE ÀS ESCOLAS

Fica assegurado ao SINAAE o livre acesso nos Estabelecimentos de Ensino, durante os intervalos destinados à alimentação e descanso, e o direito de afixar cartazes e avisos de comunicação por pessoa autorizada por esta entidade de classe, sendo as datas e horários sujeitos a entendimentos prévios com a administração/direção da escola, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA TAXA ASSISTENCIAL DO SINAAE/GO

Os Estabelecimentos de Ensino deverão descontar do salário de cada Auxiliar de Administração escolar sindicalizado, o equivalente a 3% (três por cento), no salário do mês de junho/2011, já devidamente corrigido e reajustado de acordo com a Cláusula Econômica, a ser recolhido ao SINAAE/GO ou depositado na conta corrente 078.889-9, Caixa Econômica Federal – Agência Anhangüera n. 0012, dentro de 10 (dez) dias do desconto. O não cumprimento da obrigação sujeitará o Estabelecimento de Ensino no pagamento do valor às suas expensas, além de multa de 0,34% ao dia, sobre o valor original e atualização monetária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA TAXA ASSISTENCIAL DO SEPE

Os Estabelecimentos de Ensino abrangidos por este Instrumento Normativo, obrigam-se a recolher ao SEPE, às suas expensas, o percentual equivalente a 4% (quatro por cento) parcelado, sendo 2% (dois por cento) a ser recolhido da folha de pagamento no salário de Junho/11 e 2% (dois por cento) da folha de pagamento de Agosto/11.

PARÁGRADO ÚNICO - Os recolhimentos de que trata o caput da cláusula deverão ser efetuados diretamente à Tesouraria do SEPE, ou por meio de depósito bancário, na conta-corrente de nº 76546-0, da Caixa Econômica Federal, Agência de nº 1575.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Até 30 (trinta) dias após a celebração deste instrumento normativo, os Estabelecimentos de Ensino abrangidos por esta Convenção Coletiva ficam obrigados a remeterem ao SINAAE/GO, cópias dos

seguintes documentos: da RAIS e do recolhimento da contribuição sindical relativo aos Auxiliares de Administração Escolar.

DISPOSIÇÕES GERAIS

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA APLICAÇÃO

Aplica-se a presente aos Auxiliares de Administração Escolar, assim compreendidos todos aqueles que prestam serviços ou desempenham funções que não as de ministrar aulas, tais como; Coordenadores, Orientadores e Supervisores inclusive as de direção, planejamento, monitoria e auxílio ao docente no seu trabalho de classe em Estabelecimentos de Ensino sediados em Goiânia-GO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Compreende-se por estabelecimento de ensino: berçário, educação infantil, ensino fundamental, médio, regular e educação para jovens e adultos (supletivo).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os Coordenadores, Orientadores, Supervisores continuam sendo parte integrante da Categoria dos Auxiliares de Administração Escolar, vez que a Lei n. 11.301, de 10.05.06, para os efeitos de aposentadoria, conforme o disposto no § 5º so Art. 40 e no § 8º do Art. 201 da Constituição Federal, apenas alterou o Artigo 67 da Lei n. 9394 de 20.12.96, incluindo, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DAS PENALIDADES

Fica estabelecida multa de 2% (dois por cento) do salário normativo, por empregado e por infração, pelo não cumprimento de quaisquer das cláusulas deste instrumento normativo, a ser revertida em favor do Auxiliar prejudicado.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO DIA DO AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Sem prejuízo do funcionamento da Instituição e seu calendário escolar, será considerado o dia 15 de outubro como o dia do(a) Auxiliar de Administração Escolar, nos termos da Lei Estadual 14.893, de 29 de julho de 2004, podendo o Estabelecimento homenagear juntamente com a comemoração dos professores.

**JOAO GARCIA DE ARAUJO
PRESIDENTE
SINDICATO DOS AUXILIARES DE ADMINISTRACAO ESCOLAR**

**ALEXANDRE JOSE LEAL UMBELINO DE SOUSA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS ESTAB PARTICULARES DE ENSINO DE GOIANIA**